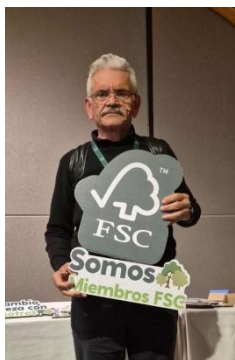


BOLETIM 1472

Brasília (DF), 09 de outubro de 2026



Dirigentes participam de reunião do FSC na Colômbia. FETRACONSPAR e CONTRICOM presentes!



Sindicalistas brasileiros do setor da construção e mobiliário participam da Reunião Regional de Membros do FSC Internacional na América Latina, que se realiza em Bogotá, na Colômbia, entre os dias 7 e 9 de outubro de 2026.

O presidente da FETRACONSPAR e da CONTRICOM, Reinaldim Barboza

Pereira (**foto no destaque**), participa do evento ao lado de outros dirigentes sindicais brasileiros, como Chiquinho (MG), Nilton Betim (PR), Luizinho (SP) e Djavan (MG) (**na foto acima, juntamente com lideranças sindicais do Peru, Venezuela e Chile**).

A presença reforça a articulação dos trabalhadores na governança do *Forest Stewardship Council* (FSC), defendendo que os processos de certificação florestal incorporem rigidamente o respeito aos direitos trabalhistas e sociais.



Reinaldim e Nilton Betim, presidente do SITIM de Jaguaraiava, durante o evento na Colômbia

O encontro tem o objetivo de reunir os membros latino-americanos para fortalecer a colaboração regional, discutir novas estratégias de sustentabilidade e construir uma visão compartilhada sobre o manejo florestal responsável conectado às demandas da sociedade e dos trabalhadores.

O FSC (Forest Stewardship Council) tem intensificado suas discussões e reuniões estratégicas na Colômbia com foco na certificação de florestas naturais manejadas por comunidades tradicionais, além de promover debates globais integrados a grandes eventos de sustentabilidade e conservação de biodiversidade.

A Colômbia marcou um marco histórico para a América Latina com a certificação da ASOFODEMA (Asociación Forestal de Desarrollo de Maderas del Medio Atrato). Trata-se da primeira organização de base afrodescendente a obter o selo FSC para manejo florestal em florestas naturais regionais, cobrindo uma área de mais de 20.000 hectares.

Fonte: Comunicação CONTRICOM, com informações da FETRACONSPAR



Nova Central do Paraná promove debate sobre a nova composição do CN



A Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) do Paraná, presidida pelo companheiro Denilson Pestana (*foto no destaque*), também dirigente da FETRACONSPAR e da CONTRICOM, promoveu uma Palestra Virtual nesta quinta (8) sobre “A nova composição do Congresso Nacional

e a agenda dos trabalhadores na próxima legislatura”. O evento contou com a participação de André Luís dos Santos (*foto acima*), jornalista, analista político e assessor parlamentar do DIAP, que falou do panorama político após 4 de outubro.

Santos ressaltou a importância da mobilização para a aprovação da PEC que acaba com a escala 6X1, com redução de jornada, sem redução de salário, e abordou o desafio dos trabalhadores e do movimento sindical frente à nova composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Segundo Denilson Pestana, a iniciativa, pioneira após as eleições, trouxe importantes informações para os dirigentes sindicais se orientarem na defesa dos trabalhadores.

PEC que acaba com escala 6x1 começa a tramitar

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala 6x1 começou a tramitar no Plenário do Senado. Nesta terça-feira (6), os senadores fizeram a primeira sessão de discussão, em primeiro turno, sobre a PEC 221/2019.

A proposta, que tem o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) como primeiro signatário, foi aprovada no início do mês de setembro na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, sob relatoria do senador Omar Aziz (PSD-AM).

No Plenário, a matéria precisa passar por cinco sessões de debates antes de ser votada em primeiro turno. Se aprovada, segue para o segundo turno, com outras três sessões de discussão antes da decisão final. Uma PEC precisa ter ao menos três quintos dos votos favoráveis nas duas votações, o que representa o apoio de pelo menos 49 senadores.

De acordo com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, a proposta pode beneficiar quase 40 milhões de brasileiros, “que poderão ter um dia a mais de descanso para passar com sua família”. Davi afirmou que a expectativa é que a discussão e a votação em primeiro turno ocorram nesta e na próxima semana. Ele incentivou o debate entre os senadores e disse que cada parlamentar vota conforme sua consciência.

— É um momento importante para o Congresso e para a vida nacional — registrou, que decidiu manter as sessões do Senado para contagem do prazo para votar a matéria.

A proposta é uma das principais bandeiras do presidente e candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que vai enfrentar Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno das eleições presidenciais.

Fonte: Agência SENADO



Na Pressão *mobiliza pela redução de jornada e fim da escala 6x1*

Plataforma permite cobrar senadores pela aprovação do fim da escala 6x1 e redução da jornada semanal, sem redução dos salários. A plataforma Na Pressão intensifica a mobilização para trabalhadores cobrarem dos senadores a aprovação do fim da escala 6x1 e redução da jornada.

Atualmente, a campanha defende reduzir a jornada semanal de 44 para 40 horas, sem redução salarial, além de garantir o fim da escala 6x1.

A Câmara dos Deputados aprovou, em 27 de maio, a Proposta de Emenda à Constituição que estabelece essas mudanças nas relações trabalhistas. Entretanto, para que a mudança avance, a PEC ainda precisa da aprovação do Senado Federal, etapa considerada decisiva pela campanha organizada na plataforma digital.

Por isso, a iniciativa busca ampliar a participação popular e estimular trabalhadores, sindicalistas e movimentos sociais a cobrarem diretamente posicionamentos dos senadores sobre a proposta.

Além disso, a ferramenta permite selecionar parlamentares e enviar mensagens diretamente por e-mail, WhatsApp e outras redes sociais, fortalecendo a mobilização nacional dos trabalhadores.

Participe Aqui da mobilização ingressando no link:
<https://napressao.org.br/>

Fonte: Rádio Peão Brasil

Flávio Bolsonaro critica PEC e defende “livre” negociação

O candidato Flávio Bolsonaro (PL-RJ) criticou a proposta de acabar com a escala de trabalho 6x1 sem redução salarial e classificou a iniciativa, apoiada pelo governo do presidente Lula.

O senador tem evitado dizer diretamente se votará a favor ou contra a proposta em análise no Congresso. Em vez disso, afirmou defender um modelo que considera “infinitamente melhor”, baseado na possibilidade de cada trabalhador escolher a própria carga horária.

A proposta defendida por Flávio prevê que a remuneração seja definida de acordo com a quantidade de horas trabalhadas. Dessa forma, uma redução da jornada poderia resultar também em redução salarial.

O modelo difere da PEC debatida no Senado, que prevê a ampliação do período de descanso do trabalhador sem diminuição do salário. “Nossa proposta é dar essa liberdade para que o trabalhador monte a sua jornada de trabalho conforme a sua possibilidade, a sua necessidade”, acrescentou o candidato.

Direitos dos trabalhadores entram no centro do debate

Para o movimento sindical, o segundo turno também representa uma oportunidade para colocar reivindicações históricas e atuais dos trabalhadores no centro do debate político nacional

Entre essas pautas, destaca-se o fim da escala 6x1, proposta que relaciona diretamente jornada, descanso, saúde, convivência familiar e melhor qualidade de vida.

Além disso, a redução da jornada sem redução salarial permanece entre as principais reivindicações sindicais, relacionando produtividade, avanços tecnológicos e melhores condições de trabalho.

A Câmara aprovou neste ano proposta que reduz gradualmente a jornada semanal para 40 horas, garante duas folgas semanais e mantém integralmente os salários.

Valorização do salário mínimo - Outro ponto fundamental envolve a valorização permanente do salário mínimo, instrumento que influencia diretamente trabalhadores, aposentados, pensionistas e beneficiários da proteção social.

Nesse sentido, o movimento sindical defende políticas que assegurem ganhos reais, ampliem o poder de compra das famílias e fortaleçam o mercado interno brasileiro.

Negociação coletiva - O fortalecimento da negociação coletiva aparece como instrumento essencial para ampliar direitos, construir melhores condições laborais e equilibrar relações entre capital e trabalho.

Sindicatos também reivindicam maior participação dos trabalhadores nas decisões sobre jornadas, salários, benefícios, ambientes laborais, novas tecnologias e mudanças na organização produtiva das empresas.



Proteção previdenciária - A proteção previdenciária também integra essa agenda, enquanto sindicatos defendem aposentadorias dignas, segurança social e políticas públicas capazes de proteger trabalhadores durante toda vida laboral.

Por isso, entidades sindicais defendem que eventuais ajustes econômicos preservem direitos previdenciários e evitem transferir aos trabalhadores os maiores custos das mudanças fiscais propostas.

Emprego digno e direitos sociais - Portanto, além de acompanhar alianças partidárias, o movimento sindical busca cobrar compromissos concretos relacionados ao emprego digno, renda, direitos sociais e valorização do trabalho.

Nesse cenário, democracia e direitos caminham juntos, enquanto a participação dos trabalhadores no debate público amplia a capacidade coletiva de defender conquistas sociais já alcançadas.

Assim, o segundo turno também coloca em discussão projetos distintos para desenvolvimento, emprego e proteção social, temas que impactam diretamente milhões de trabalhadores brasileiros diariamente.

Fonte: Rádio Peão Brasil

"Estamos na prorrogação", diz Lula sobre segundo turno das eleições

Em pronunciamento realizado após a confirmação do segundo turno das eleições, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reconheceu que esperava vencer a disputa na primeira votação e disse ver a nova etapa como oportunidade para comparar diretamente seu projeto com o de Flávio Bolsonaro (PL). Lula resumiu a continuidade da eleição como uma "prorrogação".

Lula terminou o primeiro turno atrás de Flávio, e os dois voltarão às urnas em 25 de outubro. Ao avaliar o resultado, o presidente lembrou que também precisou disputar uma segunda votação em eleições anteriores e demonstrou confiança no confronto entre apenas dois candidatos. "É a hora da gente mostrar a verdadeira fotografia do Brasil de hoje e o Brasil que a gente quer", declarou.

O presidente também sinalizou que pretende explorar durante a campanha diferenças entre sua trajetória e a de Flávio. Citou a experiência administrativa dele próprio e do vice-presidente Geraldo Alckmin e fez referências a suspeitas relacionadas à família Bolsonaro, milícias, crime organizado e ao caso Banco Master. "A gente vai mostrar o que foi feito e o que a sociedade espera que seja feito", disse.

Campanha no segundo turno - Com pouco menos de três semanas até a nova votação, ele demonstrou preferência por uma campanha centrada no confronto direto com Flávio e na comparação entre as duas candidaturas. "Eu sou muito bom no mata-mata, no tete-a-tete. E nós vamos ver quais são os projetos que o país tem", declarou.

A mobilização de quem não compareceu às urnas no domingo também será um dos pilares de sua estratégia. O presidente anunciou que ele e Alckmin buscarão convencer os abstencionistas a participar do segundo turno, associando o comparecimento à definição dos rumos do país. "O jogo vai começar", disse.

Fonte: Congresso em Foco

Centrais defendem Lula e ampliação do diálogo no 2º turno

Em sua primeira manifestação unitária após o primeiro turno das eleições presidenciais, oito centrais sindicais defenderam a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin e fizeram um chamado à ampliação do diálogo com a sociedade. O documento também propõe reconhecer as limitações da campanha e corrigir rumos para o segundo turno.

Intitulada "Dialogar, ampliar alianças e defender o futuro do Brasil", a nota afirma que estão em disputa dois projetos: um que valoriza o trabalhador e apoia sua ascensão e outro que considera o empobrecimento e a desigualdade consequências aceitáveis da manutenção de privilégios.

As entidades associam a eleição de Lula ao fortalecimento da atuação do Executivo junto ao Congresso Nacional em defesa de reivindicações trabalhistas, como o fim da escala 6x1 e a redução da jornada sem redução salarial.

O documento pede uma avaliação do resultado das urnas e da própria atuação na campanha. "É hora de recalibrar, reconhecer quais foram as limitações e corrigir rumos", afirmam as lideranças. Para as centrais, é necessário explicar melhor os projetos de desenvolvimento em disputa, ouvir mais a população e fortalecer as relações políticas que assegurem amplitude à aliança.



TSE vai trabalhar para diminuir a abstenção

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques, afirmou neste domingo (4) que pretende trabalhar para diminuir a abstenção de eleitores no segundo turno. De acordo com os dados do sistema de totalização de votos do TSE, o primeiro turno registrou abstenção de 21,08%, percentual equivalente a 33,4 milhões de eleitores.

“Não é o ideal uma abstenção de 20%. A ideia é intensificar e aperfeiçoar todos os mecanismos disponíveis para que a gente consiga diminuir esse percentual no segundo turno”, afirmou.

O primeiro turno também registrou 2,2 milhões de votos em branco e 3,6 milhões de nulos. O comparecimento de eleitores foi de 125 milhões. O eleitorado apto a votar foi de 158,7 milhões.

Marca histórica - A abstenção registrada no primeiro turno é considerada a maior desde 1998, quando a Justiça Eleitoral registrou o percentual de 21,5%.

Nas eleições presidenciais de 2022, o número de eleitores faltosos foi de 20,95% na primeira etapa do pleito.

Fonte: Agência Brasil

Câmara terá maior bancada feminina da história

O Senado elegeu 12 mulheres, o maior número em uma única eleição desde a redemocratização. O montante representa 22% das 54 vagas que estavam em disputa nas eleições deste ano. O resultado supera o recorde anterior de oito mulheres eleitas, em 2002. Já em 2018, quando também estavam em jogo duas vagas por estado, foram sete eleitas. No último pleito, em 2022, quatro mulheres chegaram ao Senado.

Somadas às que cumprem mandato até 2031, as mulheres terão 18 das 81 cadeiras a partir de 2027, contra 15 na atual legislatura.

Números em alta na Câmara - Na Câmara, a bancada feminina deve crescer. Nas urnas, 109 mulheres foram eleitas para o cargo de deputada federal, um aumento de cerca de 20% na comparação com o pleito anterior. Historicamente, o total de mulheres deputadas vem crescendo: 45, tanto em 2006 como em 2010; 51 em 2014; 77 em 2018; e, finalmente, 91 em 2022.

Apesar do crescimento, a Câmara continuará sendo composta majoritariamente por homens. Dos 513 membros da Casa, 404 serão do sexo masculino.

As regiões que mais elegeram mulheres para a Casa Baixa foram Sudeste e Nordeste, com 39 e 32, respectivamente. O Distrito Federal, o Piauí e Roraima, porém, não elegeram nenhuma deputada.

A presença feminina na Câmara é especialmente destacada pelo fato da Casa, por atribuição constitucional, ser representativa da população do país. Segundo dados do Censo mais recente, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, as mulheres representam 51,5% da população brasileira.

Fonte: InfoMoney

Lula aprova parecer para afastamento remunerado a vítimas de violência

Medida prevê pagamento por até seis meses e dispensa perícia do INSS quando houver decisão judicial de afastamento do trabalho.

O presidente Lula aprovou parecer que determina ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a concessão de benefício a mulheres vítimas de violência doméstica que obtiverem medida protetiva judicial com afastamento do trabalho. A medida poderá garantir remuneração por até seis meses e dispensa a realização de perícia do INSS.

Pela nova orientação, a decisão judicial que determinar o afastamento da vítima será suficiente para a implantação do benefício, sem que a segurada tenha de passar previamente por avaliação pericial do Instituto.

A medida alcança trabalhadoras dos setores público e privado e prevê que os pedidos sejam tratados pelo INSS com prioridade e sigilo.

Como funciona o pagamento - A Lei Maria da Penha já prevê a possibilidade de manutenção do vínculo trabalhista da mulher que precisa se afastar do local de trabalho por causa de violência doméstica por até seis meses. A definição sobre a natureza e o custeio da remuneração foi consolidada pelo STF no julgamento do Tema 1.370.

De acordo com a tese fixada pelo STF, quando a mulher é segurada do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e empregada, os primeiros 15 dias de afastamento são pagos pelo empregador e o período seguinte é custeado pelo INSS. Não há exigência de período de carência para a concessão do benefício nessa situação.

O STF também estabeleceu que cabe ao juízo estadual responsável pela aplicação da Lei Maria da Penha determinar a medida protetiva e requisitar o pagamento da prestação em favor da vítima afastada, ainda que o cumprimento material fique a cargo do empregador e do INSS.

A tese transitou em julgado em agosto de 2026.

Mudança no procedimento - O novo parecer busca eliminar a necessidade de uma etapa adicional de avaliação pelo INSS quando já houver decisão judicial determinando o afastamento.

Segundo a Advocacia-Geral da União, a intenção é reduzir barreiras para que a vítima consiga se afastar do ambiente de trabalho sem perder a renda. A decisão judicial passa a ter papel central na comprovação da necessidade de afastamento.

A medida considera ainda situações em que o agressor conhece o endereço e a rotina profissional da vítima. Com a manutenção da remuneração, a mulher poderá interromper temporariamente as atividades no local de trabalho sem perder a fonte de renda durante o período determinado pela Justiça.

Servidora pública federal - O novo entendimento complementa o Parecer Vinculante JM-07/2025, da AGU, aprovado pelo presidente Lula em fevereiro de 2025.

O parecer assegurou às servidoras públicas federais vítimas de violência doméstica o direito à remoção quando houver risco à integridade física ou mental demonstrado por medida protetiva judicial. Também determinou prioridade na tramitação desses pedidos dentro da Administração Pública federal.

Fonte: Congresso em Foco



Sindicato pode executar sentença coletiva que envolve 8,5 mil trabalhadores

A Terceira Turma do (TST) decidiu que o Sindicato dos Empregados no Comércio de Osasco e Região pode executar, nos próprios autos da ação coletiva, os valores devidos pelo WMB Supermercados do Brasil Ltda. (Walmart) a trabalhadores da categoria. A decisão permite que o sindicato faça a cobrança coletiva dos créditos em blocos de 30 trabalhadores, evitando a interposição de milhares de ações individuais.

O sindicato ajuizou ação coletiva para cobrar do Walmart diferenças relacionadas ao descanso semanal remunerado (DSR), multas previstas em normas coletivas e honorários de sucumbência deferidos judicialmente.

A ação original abrangia mais de 8,5 mil trabalhadores. Após o trânsito em julgado, o juízo responsável pela ação coletiva determinou que a execução fosse feita de forma individual, sob o argumento de que seria necessário analisar as situações específicas de cada empregado.

Execução coletiva foi negada nas instâncias anteriores - Diante disso, o sindicato apresentou uma ação de cumprimento de sentença para executar os valores de aproximadamente R\$ 18 mil, devidos a um grupo de 30 trabalhadores. A Vara do

Trabalho, no entanto, indeferiu a pretensão e extinguiu a execução com base na decisão anterior, que inviabilizaria o processamento de forma coletiva.

Constituição assegura direito dos sindicatos

- O ministro Mauricio Godinho Delgado, relator do recurso do sindicato ao TST, destacou que a Constituição Federal assegura aos sindicatos ampla legitimidade para defender os direitos coletivos e individuais dos integrantes da categoria, e essa atuação não se limita à fase de conhecimento do processo. Ela também alcança a liquidação (fase de cálculos) e a execução (pagamento) da sentença coletiva.

O relator ressaltou que esse entendimento já foi consolidado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2006 e foi adotado pelo TST. Para o Tribunal, a legitimidade para promover a execução de sentença proferida em ação coletiva é concorrente, ou seja, tanto o sindicato quanto o trabalhador, de forma individual, podem executar o título executivo judicial. O processo agora retornará à vara do trabalho para a continuidade do julgamento.

Fonte: TST

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

REINALDIM BARBOZA PEREIRA

Secretário Geral

EVILÁSIO DE DEUS LOPES

Secretário de Finanças

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

MAC CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO